UBS

Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.

Parte do grupo UBS C.N.P.J. 32.062.580/0001-38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 12 de março de 2024.

Apresentação

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco") para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Evolução dos negócios

O Banco apurou um lucro líquido no exercício de R$ 2.503 (2022 – lucro líquido de R$ 14.163). A principal linha de negócio do Banco é a concessão de crédito para clientes do segmento Private Banking, com garantia de posições custodiadas em instituições integrantes do Conglomerado Credit Suisse Brasil.

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

Índice de Basileia

O Conglomerado Credit Suisse Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2023 era de 28,09% (2022 – 23,72%).

Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado Credit Suisse Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo.

Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, estarão disponíveis em nosso sítio na internet, a partir de 30 de março de 2024, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e à adequação do Patrimônio de Referência, conforme a Resolução CMN nº 4.955/21, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: https://www.credit-suisse.com/br/pt/quem-somos/governanca/dados-abertos/pilar3.html.

A Diretoria:

Gabriela Rodrigues

Leonardo Raibin

Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça

Marcello Antonio Chilov Luzetti

Marcelo Augusto Ramos

Maria Gabriela Metz Brea de Gutierrez Alvarez

Milena Weiss Aloisi

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Circulante		1.550.779	1.674.608
Caixa e equivalentes de caixa		1.000.253	837.542
Disponibilidades	5	37	1.216
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5/6	1.000.216	836.326
Aplicações no mercado aberto		1.000.216	836.326
Instrumentos financeiros		550.658	837.208
Títulos e valores mobiliários	7	140.384	168.366
Carteira própria		140.384	168.366
Relações interfinanceiras		182	396
Depósitos no Banco Central		182	396
Operações de crédito	8	410.092	668.446
Operações de crédito - setor privado		410.092	668.446
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	8b/c	(364)	(852)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(364)	(852)
Outros créditos		232	710
Ativo fiscal corrente		-	456
Diversos	9	232	254
Não-circulante		204.350	846.621
Realizável a longo prazo		204.341	846.610
Instrumentos financeiros		188.564	829.016
Operações de crédito	8	188.564	829.016
Operações de crédito - setor privado		188.564	829.016
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	8b/c	(192)	(1.066)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(192)	(1.066)
Outros créditos		15.969	18.660
Ativo fiscal diferido	15c	11.338	13.258
Diversos	9	4.631	5.402
Permanente		9	11
Imobilizado		9	11
Imobilizado de uso		2.818	2.820
Depreciações acumuladas		(2.809)	(2.809)
Intangível		-	-
Ativos intangíveis		9	9
Amortizações acumuladas		(9)	(9)
Total do ativo		1.755.129	2.521.229

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Circulante		1.360.746	2.041.201
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.346.131	2.025.942
Depósitos		506.055	1.618.764
Depósitos à vista		6.667	8.381
Depósitos interfinanceiros	14a	302.202	1.510.957
Depósitos a prazo		197.186	99.426
Captações no mercado aberto		840.076	407.178
Carteira de terceiros	14a	840.076	407.178
Outras obrigações		14.615	15.259
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	87
Obrigação fiscal corrente	10d	2.797	5.534
Provisões - Sociais e estatutárias	10a	2.858	5.909
Provisões - Fiscais e previdenciárias	10b	775	958
Diversas	10c	8.185	2.771
Não-circulante		160.828	247.428
Exigível a longo prazo		160.828	247.428
Depósitos e demais instrumentos financeiros		152.425	239.228
Depósitos		152.425	239.228
Depósitos a prazo		152.425	239.228
Outras obrigações		8.403	8.200
Provisões - Sociais e estatutárias	10a	909	2.157
Provisões	12	4.926	5.276
Diversas	10c	2.568	767
Patrimônio líquido	13	233.555	232.600
Capital de domiciliados no país		135.000	135.000
Reservas de lucros		99.481	97.572
Ajustes de avaliação patrimonial		(926)	28
Total do passivo e patrimônio líquido		1.755.129	2.521.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre 2023	Exercícios 2023	Exercícios 2022
Receitas da intermediação financeira		121.824	281.512	487.756
Operações de crédito		51.729	138.684	321.715
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		70.095	142.828	166.041
Despesas da intermediação financeira		(101.380)	(234.037)	(417.823)
Operações de captações no mercado		(101.412)	(235.399)	(421.745)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8c	32	1.362	3.922
Resultado bruto da intermediação financeira		20.444	47.475	69.933
Outras receitas (despesas) operacionais		(24.285)	(35.515)	(37.883)
Despesas de pessoal	16d	(20.504)	(27.307)	(21.605)
Outras despesas administrativas	16a	(3.251)	(6.386)	(9.256)
Despesas tributárias		(928)	(2.132)	(3.167)
Outras receitas operacionais	16b	1.085	1.339	397
Outras despesas operacionais	16c	(687)	(1.029)	(4.252)
Resultado operacional		(3.841)	11.960	32.050
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(3.841)	11.960	32.050
Imposto de renda e contribuição social	15	(1.388)	(8.947)	(17.356)
Provisão para imposto de renda		(1.749)	(4.468)	(5.880)
Provisão para contribuição social		49	(1.862)	(3.650)
Ativo fiscal diferido		312	(2.617)	(7.826)
Participações nos lucros		-	(510)	(531)
Lucro /(prejuízo) do semestre/exercício		(5.229)	2.503	14.163
Quantidade de ações ordinárias	13a	54	54	54
Lucro /(prejuízo) líquido básico e diluído por ação		(96,83)	46,35	262,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre 2023	Exercícios 2023	Exercícios 2022
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício		(5.229)	2.503	14.163
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego	11	(1.735)	(1.735)	(40)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	11	781	781	18
Resultado abrangente do semestre/exercício		(6.183)	1.549	14.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros - legal	Reservas de lucros - estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		135.000	19.319	67.453	50	-	221.822
Resultados abrangentes							
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	-	(40)	-	(40)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	-	18	-	18
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.163	14.163
Destinações:							
Reserva legal	13b	-	708	-	-	(708)	-
Reserva estatutária	13b	-	-	10.092	-	(10.092)	-
Dividendos	13c	-	-	-	-	(3.363)	(3.363)
Em 31 de dezembro de 2022		135.000	20.027	77.545	28	-	232.600
Resultados abrangentes							
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	-	(1.735)	-	(1.735)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	-	781	-	781
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.503	2.503
Destinações:							
Reserva legal	13b	-	125	-	-	(125)	-
Reserva estatutária	13b	-	-	1.784	-	(1.784)	-
Dividendos	13c	-	-	-	-	(594)	(594)
Em 31 de dezembro de 2023		135.000	20.152	79.329	(926)	-	233.555
Em 1º de julho de 2023		135.000	20.027	77.545	28	7.732	240.332
Resultados abrangentes							
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	-	(1.735)	-	(1.735)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	-	781	-	781
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(5.229)	(5.229)
Destinações:							
Reserva legal	13b	-	125	-	-	(125)	-
Reserva estatutária	13b	-	-	1.784	-	(1.784)	-
Dividendos	13c	-	-	-	-	(594)	(594)
Em 31 de dezembro de 2023		135.000	20.152	79.329	(926)	-	233.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre 2023	Exercícios 2023	Exercícios 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício		(5.229)	2.503	14.163
Ajustes ao lucro líquido		(493)	1.220	7.965
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8c	(33)	(1.362)	(3.922)
Depreciações	16a	1	2	189
Constituição de provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes	12	332	631	4.218
Atualização de depósitos em garantia	16b	(481)	(668)	(346)
Impostos e contribuições diferidos	15b	(312)	2.617	7.826
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício ajustado		(5.722)	3.723	22.128
Variações patrimoniais		703.431	162.351	(326.683)
Títulos e valores mobiliários		38.756	27.982	(76.930)
Relações interfinanceiras		128	214	450
Operações de crédito		237.025	729.555	1.301.192
Outros créditos		2.241	1.999	(519)
Depósitos		(484.908)	(1.177.683)	(1.737.686)
Captações no mercado aberto		840.076	432.898	(204.654)
Recursos de aceites e emissões de títulos		-	-	(3.223)
Outras obrigações		3.673	8.350	3.181
Juros recebidos		79.395	169.251	419.383
Juros pagos		(11.523)	(21.829)	(13.842)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.432)	(8.386)	(14.035)
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades operacionais		697.709	166.074	(304.555)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado de uso		-	-	(10)
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades de investimento		-	-	(10)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	13c	-	(3.363)	(5.153)
Caixa (utilizado)/gerado pelas atividades de financiamento		-	(3.363)	(5.153)
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		697.709	162.711	(309.718)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		697.709	162.711	(309.718)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	302.544	837.542	1.147.260
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	5	1.000.253	1.000.253	837.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco") foi constituído sob a forma de sociedade anônima, está domiciliado à Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700/10º-14º andares, Itaim Bibi, São Paulo – SP, atua como Banco Múltiplo e está autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. O Banco é uma empresa integrante do Conglomerado Credit Suisse Brasil, cujo controlador é o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e suas operações são conduzidas dentro deste contexto. Em 19 de março de 2023, Credit Suisse Group AG e UBS Group AG celebraram um acordo para a fusão de seus negócios ("fusão"), concluído em 12 de junho de 2023. As operações futuras e/ou performance financeira do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. poderão ser impactadas como resultado da fusão. Não houve, até o momento, nenhuma mudança na estrutura societária do grupo no Brasil. Desta forma, as entidades do Conglomerado continuam a operar de forma similar aquela existente antes da aquisição, não sendo possível estimar os impactos futuros decorrentes da mesma. Em 07 de julho de 2023, o Banco Central do Brasil aprovou a alteração no grupo de controle do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil, composto por Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e de suas controladas Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., para o controlador final UBS Group AG, com sede em Zurique, Suíça. Ainda, conforme aprovação do Banco Central, serão mantidos segregados o Conglomerado Financeiro Credit Suisse, tendo o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. como instituição líder, e o Conglomerado Financeiro UBS, tendo o UBS Brasil Banco de Investimento S.A. como instituição líder.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), que considera os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, regulamentados pelo Bacen até o momento. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como escopo a instituição individual e incorporaram os normativos abaixo relacionados: • Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2021, aprovou o CPC 00 (R2) Pronunciamento sobre a estrutura conceitual e elementos requeridos para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. • Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020: estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021, incluindo a apresentação da demonstração do resultado abrangente. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores de certos ativos, instrumentos financeiros, provisões e passivos contingentes do Banco, conforme descritas na nota 3. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. O Banco Central do Brasil emitiu uma série de normativos que podem impactar as demonstrações financeiras do Banco para os próximos períodos, elencadas a seguir: • Resolução BCB nº 320 de 2023: altera a Resolução BCB nº 92 de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor a partir de janeiro de 2025; • Instruções normativas nº 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 de 2023, que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estes normativos entram em vigor a partir de janeiro de 2025; • Resolução CMN nº 5.100 de 2023: altera a resolução nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor e produz efeitos a partir de janeiro de 2025. As demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022 foram aprovadas pela administração para emissão e submetidas ao Comitê de Auditoria em 12 de março de 2024.

3. Descrição das principais práticas contábeis: a. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. **b.** Ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. **c.** Caixa e equivalentes de caixa - são considerados como caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, cujos prazos de liquidação na data de aquisição eram de até noventa dias. **d.** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados nas seguintes categorias: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado do exercício; • Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como títulos para negociação nem como títulos mantidos até o vencimento. São apresentados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos nominais reconhecidos no resultado do exercício e as variações do valor de mercado em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos (em base "pro rata" dia) reconhecidos no resultado do exercício. **e.** Critérios para apuração do valor de mercado - o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em: • Cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado; • Modelos de precificação que utilizam como base o preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes, divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) ou associações de classe; e • Modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários está divulgado na nota 7. **f.** Baixa de ativos financeiros - conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do Conselho Monetário Nacional (CMN), os ativos financeiros quando, da venda ou transferência, são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. **g.** As operações de crédito estão registradas pelo valor concedido acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para as operações em atraso igual ou superior a sessenta dias o reconhecimento no resultado de receitas e encargos ocorre quando do efetivo recebimento. **h.** A provisão para operações de crédito é constituída de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, em montante considerado suficiente pela administração, para cobrir eventuais perdas. **i.** Avaliação do valor recuperável - os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável no mínimo anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não serão recuperados no futuro. Não foram identificadas perdas no valor recuperável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **j.** Imobilizado - conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, o imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um ano. São reconhecidos pelo valor de custo e ajustados por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A taxa de depreciação dos bens imobilizados é feita pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, e em conformidade com a referida norma. **k.** A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social está calculada à alíquota de 20%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa acumuladas. Esses impostos diferidos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos quando a utilização desses benefícios fiscais não for mais provável, dentro do prazo de 10 anos. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. O valor referente ao crédito tributário está divulgado na nota 15(c). **l.** Planos de remuneração de longo prazo - os prêmios atribuídos aos funcionários, relativos aos planos globais de remuneração de longo prazo, são registrados no resultado do exercício em contrapartida a um passivo, à medida que suas condições tais como a permanência no Banco, sejam cumpridas. Os ajustes desses passivos aos seus valores de liquidação também são registrados em contrapartida do resultado do exercício. **m.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que indiquem a garantia de sua realização e sobre as quais não caibam mais recursos; • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados, tampouco divulgados, conforme legislação vigente; e • Obrigações legais - quando existentes, são reconhecidas nas demonstrações financeiras independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito. Estão representadas por processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade. Os valores das provisões estão divulgados na nota 12. **n.** Em atendimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.877/20, foram reconhecidos contabilmente os efeitos relativos ao passivo atuarial, com base no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados. A revisão das premissas e avaliação dos efeitos relativos a esse passivo atuarial são efetuadas anualmente. Os impactos do custo do serviço corrente e juros sobre o valor líquido do passivo são registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O valor da provisão para passivo atuarial está divulgado na nota 11. **o.** Resultados recorrentes e não recorrentes: em atendimento a Resolução BCB Nº 2 de 12 de agosto de 2020, confirmamos que não houve resultado não-recorrente nos exercícios de 2023 e 2022, ou seja, não houve nenhum resultado material que não estivesse relacionado ou estivesse relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, tampouco previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Gerenciamento de riscos: A estrutura de gestão de riscos do Banco é realizada por estrutura integrada de gestão de riscos (CRO) e é realizada de forma independente da atividade de negócios, pautada por políticas de governança, controles e processos. O Conglomerado Prudencial Credit Suisse ("Conglomerado") definiu apetites de riscos quantitativos e qualitativos para os seus principais riscos tomados. O Conglomerado também realiza testes de estresse nos principais riscos tomados e os resultados são utilizados nos testes feitos no plano de capital do conglomerado. O Conglomerado possui Comitê de Riscos que se reúne periodicamente para discutir a utilização dos apetites, principais incidentes, mudanças regulatórias, dentre outros assuntos. As instituições integrantes do Conglomerado gerenciam seus principais riscos que são: **a. Risco de mercado** - é definido como o risco de perda de um valor financeiro de uma carteira devido a mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes no mercado e atua como market maker em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado, o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o Value at Risk (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidades de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade destes, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reenquadramento das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de taxa de juros da sua carteira de não negociação e possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, *back testing* de modelos etc. O risco de mercado do Conglomerado é identificado, calculado e monitorado diariamente e informado à mesa de operações e à Diretoria do Conglomerado com base na posição consolidada do Conglomerado, assim como os valores de sensibilidade apresentados nesta nota. O Conglomerado estima o VaR em um horizonte de um dia e nível de confiança de 98%. O modelo utilizado para estimar o VaR é uma simulação histórica, e a aderência do modelo é testada por meio de verificações posteriores (*back testing*) que consistem em calcular a porcentagem de vezes em que o retorno efetivo do portfólio é superior em módulo à estimativa do VaR e comparar o número com o nível de confiança utilizado. Em 31 de dezembro de 2023, a posição do VaR das carteiras de negociação e não negociação do Conglomerado era de R$ 9.303 (Dez/2022 – R$ 15.332). A análise de cenários é um processo pelo qual são analisados os retornos esperados segundo possíveis eventos futuros. É utilizada para verificar as perdas potenciais com baixa probabilidade de ocorrência. O modelo de análise de cenários possui natureza dinâmica, pois representa um conjunto de dois cenários: otimista e pessimista. Esses cenários incorporam, em intervalos regulares, as variações que refletem mudanças estruturais no mercado com base em preços históricos e volatilidades, questões econômicas e liquidez do mercado. i. Risco de Juros: O risco de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros varie devido a mudanças nas taxas de juros do mercado. Os riscos de juros são geridos pelo Conglomerado de forma consolidada por meio de técnicas de monitoramento de exposição e do uso dos vários derivativos de juros disponíveis no mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a sensibilidade à taxa de juros nominal em reais do Conglomerado era ganho de R$ 61 (Dez/2022 – ganho de R$ 220) para cada ponto-base de alta, e a sensibilidade à taxa de juros local em US$ era perda de R$ 208 (Dez/2022 – ganho de R$ 56) para cada ponto-base de baixa. ii. Risco de câmbio: O risco de câmbio do Conglomerado pode ser dividido em três parcelas, como segue: a primeira é a exposição advinda da posição dos produtos relacionados com operações cambiais, bem como seus derivativos; a segunda parcela é uma posição vendida em dólares americanos devido à provisão para pagamentos a funcionários relativas a planos de compensação diferida; e a terceira e última é uma posição vendida em francos suíços que representa o valor provisionado para pagamento aos funcionários relativo a planos de compensação diferida lastreados em ações do Banco. Em 31 de dezembro de 2023, o Conglomerado tinha uma exposição líquida de aproximadamente US$ 19.835 (comprado em US$ e vendido em R$) em sua posição proprietária, US$ 5.187 relativo à provisões de pagamento e CHF 5.387 relativo as ações mencionadas anteriormente (Dez/2022 – US$ 41.525 comprado em US$ e vendido em R$, US$ 5.574 e CHF 15.342 respectivamente). A sensibilidade de risco de câmbio para cada ponto-base percentual representaria um impacto de US$ 2, sem incluir os passivos mencionados anteriormente, (Dez/2022 – US$ 4) no resultado antes dos impostos. De modo geral, o Conglomerado controla sua exposição ao risco de mercado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites, estratégias consolidadas de risco de câmbio/índices e procedimentos de monitoramento de risco de câmbio e índices, como de VaR e Stress-testing. iii. Risco de ações: O risco de ações é gerido de forma consolidada. Em 31 de dezembro de 2023, após levar em consideração as posições por papel e os instrumentos financeiros derivativos, o Conglomerado apresentava uma exposição em ações de aproximadamente R$ 109.820 (Dez/2022 – R$ 12.797 vendida) em uma posição comprada. Portanto, a sensibilidade de risco de ações para cada ponto-base percentual nos preços das ações representa um impacto de R$ 11 (Dez/2022 – R$ 1) em dezembro de 2023 no resultado antes dos impostos. **b. Risco de crédito -** o risco decorrente da possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados é minimizado através de diversificação das contrapartes, acompanhamento e determinação de limites de crédito com base na situação financeira e solicitação de garantias. O Conglomerado possui políticas, metodologias e procedimentos para monitorar o risco de crédito das suas carteiras de empréstimos, derivativos Over the Counter (OTC), fianças e debêntures. O gerenciamento é feito por área independente das áreas de negócios. A área de CRM realiza teste de estresse mensal sobre a provisão para créditos de devedores duvidosos e apurou para a carteira de crédito referente a data-base de 31 de dezembro de 2023 o aumento da PDD em R$ 137.301 (Dez/2022 - R$ 85.962), sendo este valor 74% maior em comparação a PDD não estressada. O aumento da PDD estimada para dezembro de 2023 é resultado das seguintes migrações nas carteiras supracitadas de crédito no exercício de stress: R$ 8,417 bilhões de AA para A; R$ 2,840 bilhões de rating A para B; R$ 118.400 de rating B para C; R$ 64.300 de rating B para D; e de R$ 243.100 de rating G para H. **c. Risco de liquidez** - o risco de descasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e moedas de liquidação é gerenciado através de mecanismos que incluem a simulação de cenários e manutenção de limites mínimos de recursos aplicados em ativos líquidos. O Conglomerado possui política, definição de apetite e plano de contingência para o risco de liquidez. São usadas metodologias para o acompanhamento da liquidez até um determinado horizonte de tempo, segundo cenário base e cenários de estresse. O Comitê de Riscos discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, concentração das captações, etc. Cabe ressaltar que o Conglomerado possui uma linha de crédito para liquidez junto ao CS Group no valor de US$ 730 milhões, com vencimento em fevereiro de 2025, não utilizada em 31 de dezembro de 2023. **d. Risco operacional** - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos é gerenciada por estrutura criada com essa finalidade, por meio do acompanhamento e da mensuração das perdas operacionais, bem como pela divulgação interna da cultura de monitoramento desse risco. O Conglomerado possui área para gestão do risco operacional, independente das áreas de negócios, que acompanha os riscos operacionais de cada linha de negócio, bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional que se reúne periodicamente, onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O Conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos, por exemplo, que simulam situações onde os colaboradores não podem acessar o local de trabalho; e **e. Gestão de capital** - o processo de gerenciamento de capital da Administração leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua e é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do Conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil previstos na Resolução CMN nº 4.557/17. O processo de gerenciamento de capital é monitorado trimestralmente pelo comitê responsável pelo risco de mercado e liquidez e gerenciamento de capital, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções realizadas e as decisões estratégicas do Conglomerado. Os índices de capital aos quais o Conglomerado está sujeito, em cumprimento a Resolução CMN nº 4.958/21, estão apresentados a seguir:

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Patrimônio de Referência Nível I	5.698.537	6.129.212
Capital Principal	5.698.537	6.129.212
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Patrimônio de Referência (PR)	**5.698.537**	**6.129.212**
RWA de Crédito [1]	8.117.331	15.975.890
RWA de Mercado [1]	8.184.520	6.323.757
RWA Operacional	3.986.670	3.541.768
Total do RWA	**20.288.521**	**25.841.415**
Adicionais de Capital Aplicáveis [2]	**2,50%**	**2,50%**
Conservação	2,50%	2,50%
Índice de Basileia - Capital Nível I	**28,09%**	**23,72%**
Mínimo Requerido [3]	8,50%	8,50%
Índice de Basileia - Capital Principal	**28,09%**	**23,72%**
Mínimo Requerido [3]	7,00%	7,00%
Índice de Basileia - Patrimônio de referência	**28,09%**	**23,72%**
Mínimo Requerido [3]	10,50%	10,50%

[1] O RWA referente aos riscos de crédito e de mercado são apurados pela abordagem padronizada (RWACpad e RWAMpad);

[2] Além do Adicional de Capital de Conservação, ainda são considerados o Adicional de Capital Contracíclico e o Sistêmico, ambos com o valor de 0% nos dois períodos apresentados. O Adicional de Capital de Conservação que havia sido reduzido de 2,5% para 1,25%, a partir de 1º de abril de 2020, como parte das alterações regulatórias realizadas em resposta ao cenário causado pelo Covid-19, voltou a ser de 2,5% em abril de 2022, com base no disposto na Resolução CMN nº 4.958/21;

[3] Os mínimos requeridos já estão acrescidos dos adicionais de capital aplicáveis, sendo o mínimo de Capital Nível I de 6%, o mínimo de Capital Principal de 4,5% e o mínimo do Patrimônio de Referência de 8%.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Disponibilidades	37	1.216
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.000.216	836.326
Caixa e equivalentes de caixa	1.000.253	837.542

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez: Estão representadas por revendas a liquidar registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço:

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Posição bancada		
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	160.142	392.956
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	36.194
Total	160.142	429.150
Posição financiada		
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	840.074	407.176
Total	840.074	407.176
Total de aplicações no mercado aberto	1.000.216	836.326

7. Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	Dezembro/2023 Custo	Dezembro/2023 Mercado	Dezembro/2022 Custo	Dezembro/2022 Mercado
Carteira própria				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	5.230	4.634
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	5.192	4.787
Cotas de fundo multimercado (*)	140.384	140.384	158.945	158.945
Total	140.384	140.384	169.367	168.366

(*) As cotas do fundo de investimento multimercado estão representadas por aplicações do Banco em fundo exclusivo do Grupo Credit Suisse.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 15/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/15/BCOCREDT1574872015032024.pdf

Hash:1710446762a682996f4e2c47ce8fdb9277fb2e3246

...continuação

UBS

Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.

Parte do grupo UBS C.N.P.J. 32.062.580/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e as cotas de fundo estão custodiadas nas câmaras de liquidação e compensação da B3 S.A.

b. Diversificação de títulos e valores mobiliários por classificação e prazos

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Dezembro/ 2023	Total Dezembro/ 2022
Para negociação						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	-	4.634
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	-	-	4.787
Cotas de fundo multimercado	140.384	-	-	-	140.384	158.945
Total de títulos e valores mobiliários	140.384	-	-	-	140.384	168.366

8. Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito: A composição das operações de crédito compreende as seguintes operações:

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Empréstimos	596.535	1.490.882
Financiamentos	2.121	6.580
Total	598.656	1.497.462

b. Composição da carteira por faixa de vencimento e por ramo de atividade

	Setor privado					Total	
Vencimentos	**Indústria**	**Serviços**	**Comércio**	**Pessoas físicas**	**Habitação**	**Dez/ 2023**	**Dez/ 2022**
A vencer							
Até 3 meses	126	12.020	2.115	36.417	456	51.134	81.141
De 3 a 12 meses	64.018	25.478	18.099	251.363	-	358.958	587.305
De 1 a 3 anos	1.002	9.002	115	174.744	3.701	188.564	826.995
De 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-	2.021
Total	65.146	46.500	20.329	462.524	4.157	598.656	1.497.462
Concentração	10,88%	7,77%	3,40%	77,26%	0,69%	100%	100%
Provisão por segmento	-	-	(80)	(455)	(21)	(556)	(1.918)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve baixas para prejuízo, tampouco recuperações de crédito. O montante em aberto de créditos renegociados no exercício corresponde a R$ 83.847 (2022 – R$ 269.341) e o de créditos renovados totaliza R$ 130.272 (2022 – R$ 653.902).

c. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o risco da carteira e a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos:

		Carteira de crédito		Provisão	
Nível de risco	**% de provisão**	**Dezembro/ 2023**	**Dezembro/ 2022**	**Dezembro/ 2023**	**Dezembro/ 2022**
AA	-	487.378	1.113.853	-	-
A	0,5	111.278	383.609	(556)	(1.918)
Total		598.656	1.497.462	(556)	(1.918)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as variações da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram as seguintes:

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Saldo de abertura	(1.918)	(5.840)
Reversões	1.368	4.061
Constituições	(6)	(139)
Saldo no fim do exercício	(556)	(1.918)

9. Outros créditos – diversos

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Valores a receber	87	62
Devedores por depósitos em garantia	4.631	5.402
Adiantamento e antecipações salariais	145	192
Total	4.863	5.656

10. Outras obrigações: a. Sociais e estatutárias: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, referem-se a gratificações e participações a pagar no montante de R$ 3.173 (2022 - R$ 4.703) e dividendos a pagar no montante de R$ 594 (2022 - R$ 3.363). **b. Fiscais e previdenciárias:** Referem-se a impostos e contribuições a recolher no montante de R$ 775 (2022 - R$ 958). **c. Diversas:** Referem-se, substancialmente, a provisão para férias, 13º salário, gratificações e encargos a pagar no valor de R$ 8.026 (2022 - R$ 2.535), aluguel a pagar de R$ 35 (2022 - R$ 116), valores a devolver de FGC R$ 66 (2022 – R$ 65) e provisão para passivo atuarial referente ao plano de assistência médica aos colaboradores e dependentes de R$ 2.567 (2022 - R$ 767), conforme descrito na nota 11. **d. Obrigação fiscal corrente:** Refere-se ao imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido a pagar do exercício corrente de R$ 2.797 (2022 - R$ 5.534).

11. Passivo atuarial: O Banco oferece plano de saúde para seus colaboradores e dependentes, arcando com uma parcela e/ou total do custo do plano. Está garantida a continuidade da assistência médica aos participantes do plano de forma temporária ou vitalícia à medida em que se desligarem ou se aposentarem, dependendo do tempo total de contribuição durante a carreira ativa. O passivo atuarial corresponde ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo e é originado pelo subsídio concedido pela empresa aos inativos, ou seja, corresponde à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição esperada ao longo do tempo. O valor reconhecido como "Outras obrigações - diversas" no período foi de R$ 2.567 (2022 - R$ 767) e como "Ajustes de avaliação patrimonial", uma perda de R$ 954 (2022– perda de R$ 22), líquida dos efeitos fiscais. O Banco realiza a estimativa e definição das premissas utilizadas na avaliação atuarial anualmente.

i. Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
a. Taxa real de juros/desconto da obrigação atuarial	10,20% a.a. (5,45% a.a. real)	10,47% a.a. (5,97% a.a. real)
b. Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50% a.a.	4,25% a.a.
c. Tábua de mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%	AT-2000, suavizada em 10%
d. Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
e. Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB - 57	IAPB - 57
f. Hipótese sobre rotatividade	20%	20%
g. Taxa estimada de permanência no plano	75%	75%
h. Aposentadoria	Eligibilidade à Previdência Social	Eligibilidade à Previdência Social
i. Composição familiar dos ativos	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho
j. Composição familiar dos inativos	Família informada	Família informada
k. Inflação médica (HCCTR)	7,63% a.a. (3,00% a.a. real)	7,38% a.a. (3,00% a.a. real)
l. Aumento de custos por idade (*aging factor*)	3,00% a.a.	3,00% a.a.

ii. Exposição a riscos: As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, expõe o Banco aos principais riscos dispostos a seguir: • Risco de juros/inflação: os valores dos planos estão vinculados aos índices de juros e inflação, e uma diminuição nessas taxas, elevará as obrigações e, por consequência, o passivo atuarial e despesas mais relevantes; e • Expectativa de vida/permanência no plano: os benefícios definidos disponibilizados pelo Banco possuem como variável a idade do beneficiário e a permanência no plano, por isso o aumento da expectativa de vida e de permanência no plano após a aposentadoria resultaria em um aumento do passivo e das despesas.

iii. Reconciliação do passivo atuarial

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
1. Valor das obrigações no início do exercício	767	645
2. Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	33	29
3. Juros sobre obrigação atuarial	80	54
4. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	1.563	143
5. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	172	(103)
6. Benefícios pagos pelo plano	(48)	(1)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	2.567	767
b. Reconciliação do balanço		
1. Passivo no balanço no início do exercício	767	645
2. Despesa reconhecida no exercício corrente	113	83
3. Montantes reconhecidos no *OCI* no exercício corrente	1.735	40
4. Contribuições de patrocinadoras vertidas no ano	(48)	(1)
Passivo no balanço no final do exercício	2.567	767

...continuação

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
c. Componentes da despesa do plano		
1. Custo do serviço corrente	33	29
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	80	54
Total da despesa a ser reconhecida	113	83
d. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço		
1. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	2.567	767
Passivo líquido	2.567	767
e. Componentes da despesa do plano projetada		
1. Custo do serviço corrente	20	33
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	255	80
Total da despesa a ser reconhecida	275	113
f. Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (*OCI*)		
1. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	1.563	143
2. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	172	(103)
Custo total reconhecido no *OCI*	1.735	40
g. *Duration* da obrigação atuarial	18,2	22,8
h. Fluxo de benefícios futuros		
Exercício atual +1	123	8
Exercício atual +2	119	15
Exercício atual +3	129	15
Exercício atual +4	139	16
Exercício atual +5	149	17
Exercício atual +6 até exercício atual +10	906	183
i. Distribuição da obrigação atuarial		
1. Ativos	519	506
2. Assistidos/aposentados/pensionistas	2.048	261
Total da obrigação atuarial	2.567	767

iv. Sensibilidade da obrigação de benefício

A tabela abaixo apresenta os impactos pela alteração das seguintes premissas:

	Dezembro/ 2023	Dezembro/ 2022
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(166)	(68)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	185	77
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço	(2)	(3)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço	2	3
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros	(5)	(4)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros	5	4
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	189	79
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(170)	(70)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo do serviço	2	4
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo do serviço	(2)	(3)
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (+0,5%) no custo dos juros	25	7
Impacto da alteração da hipótese de HCCTR (-0,5%) no custo dos juros	(12)	(9)

12. Provisões: O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2023, as provisões no montante de R$ 4.926 (2022 - R$ 5.276) estão representadas principalmente por honorários advocatícios e obrigações legais fiscais que foram constituídas pelo valor total em discussão, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, além de outras provisões contingentes que levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09 e honorários advocatícios. Segue abaixo a movimentação das provisões contingentes no exercício:

	Dezembro/ 2022	Constituições/ Atualizações	Pagamentos	Dezembro/ 2023
Fiscais (b)	884	68	(952)	-
Trabalhistas (a)	4.345	563	(29)	4.879
Cíveis	47	-	-	47
Total	5.276	631	(981)	4.926

	Dezembro/ 2021	Constituições/ Atualizações	Reversões	Dezembro/ 2022
Fiscais (b)	857	67	(40)	884
Trabalhistas (a)	154	4.191	-	4.345
Cíveis	47	-	-	47
Total	1.058	4.258	(40)	5.276

(a) Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. (b) A principal contingência fiscal provisionada referia-se a mandado de segurança (MS) impetrado para assegurar o direito de utilização da totalidade de seus prejuízos fiscais, sem a limitação quantitativa prevista pela Lei nº 8.981/95. Em 2023 o depósito foi levantado em favor da União e a causa finalizada. O Banco discute processos nas esferas judicial e administrativa, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, por apresentarem risco de perda possível de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos. O principal processo é:

- Questionamento de cliente Pessoa Jurídica sobre perdas auferidas nos seus investimentos correspondentes a inflação expurgada do "Plano Verão", implementado pelo governo brasileiro em janeiro de 1989. O processo encontra-se suspenso, aguardando julgamento do assunto pelo Supremo Tribunal Federal, cuja decisão será aplicável de forma uniforme a todos os processos que discutem a mesma tese. O valor atualizado da causa é de R$ 3.607 (2022 – R$ 3.406).

O Banco também é réu em processos de natureza trabalhista, classificados como risco de perda possível que, em 31 de dezembro de 2023, totalizavam R$ 127 (2022 – R$ 109).

Na avaliação da administração do Banco, os valores apresentados nesta nota refletem adequadamente os impactos, no balanço e na demonstração do resultado, que seriam esperados caso as contingências (provisionadas e não provisionadas) viessem a ser exigidas.

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social está representado por 54.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco, sendo formada por recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício. **c. Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante à legislação em vigor. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 5.153, correspondente ao lucro auferido pelo Banco no exercício social de 31 de dezembro de 2021, já provisionados. Os dividendos foram pagos em 24 de junho de 2022. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de Abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R$ 3.363 correspondente aos lucros auferidos pelo Banco no exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022, após a constituição de Reserva Legal, quando aplicável. Os dividendos foram pagos em 30 de Junho de 2023. A Administração constituiu a provisão para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 594, referente ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após constituição de reserva legal.

14. Transações relevantes com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

a. Transações com partes relacionadas: Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

Descrição	Natureza do relacionamento	Dezembro/ 2023	Dezembro/ 2022
Ativo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Controlador	-	25.192
Títulos e valores mobiliários	Relacionada	140.384	158.945
Operações de crédito	Relacionadas	-	2.904
Passivo			
Depósitos à vista	Controlador	50	50
Depósitos à vista	Relacionadas	4.226	3.544
Depósitos interfinanceiros	Controlador	302.202	1.510.957
Depósitos a prazo	Relacionadas	133.989	124.193
Captações no mercado aberto	Controlador	840.076	407.178

...continuação

Descrição	Natureza do relacionamento	Dezembro/ 2023	Dezembro/ 2022
Passivo			
Outras obrigações:			
Sociais e estatutárias - dividendos	Controlador	594	3.363
Diversas - aluguel	Controlador	35	116
		Dezembro/ 2023	**Dezembro/ 2022**
Resultado			
Resultado de operações de crédito	Relacionadas	455	376
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Controlador	1.624	7.903
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Relacionada	19.887	14.468
Resultado de operações de captação no mercado	Controlador	(117.383)	(319.679)
Resultado de operações de captação no mercado	Relacionadas	(15.312)	(12.721)

b. Remuneração do pessoal chave da administração: Na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi registrada uma despesa no valor de R$ 14.550 (2022 – R$ 13.625 – despesa de honorários de curto prazo), composta por honorários, gratificações e benefícios de remuneração de longo prazo, conforme explicado abaixo. As empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil participam de planos globais de remuneração de longo prazo, em especial do plano global de ações do Credit Suisse Group ("CSG"). Esses planos envolvem a atribuição aos funcionários e administradores de promessas de pagamentos futuros baseados em ações ou em outros ativos, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas. A liquidação destes planos é feita via crédito em conta corrente bancária. Para a liquidação em ações, o Banco mensura o valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos, tendo em conta as condições de mercado para cada plano. Nos pagamentos baseados em ações, liquidados conforme mencionado acima, o Banco mensura o passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e a liquidação e é reconhecido mensalmente. Conforme anúncio feito globalmente em relação a compra do CS AG pelo UBS AG em 12 de junho de 2023, as ações do CS AG deixaram de existir. As ações do CS AG foram convertidas na proporção de 1 ação UBS AG = 22,48 ações CS AG. A provisão total para funcionários e administradores referente ao plano global de ações e aos demais benefícios de longo prazo e respectivos encargos no valor de R$ 3.173 (2022 - R$ 4.703) encontra-se registrada na conta de "Outras obrigações".

15. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	11.960	32.050
Participações nos lucros	(510)	(531)
Base de Cálculo	11.450	31.519
Imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social de 20%	(5.152)	(14.184)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas não dedutíveis, líquidas de receitas não tributáveis	(3.345)	(3.333)
Incentivos fiscais	230	232
Efeito na CSLL corrente – alíquota majorada [1]	-	(76)
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores [2]	(680)	5
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(8.947)	(17.356)

[1] Efetuamos o reconhecimento da parcela adicional de CSLL corrente, respectivamente, às alíquotas majoradas de 1% para o período de 1 de agosto à 31 de dezembro de 2022, na forma da Lei nº 14.446/22.

[2] IRPJ anterior (R$ 587) referente baixa de processo judicial com depósito convertido em renda da União; (R$ 93) pago mediante adesão ao programa de anistia de 2023, e, ajuste R$ 5 de provisão de contribuição social de 31 de dezembro 2021, em 2022, pelo método da proporcionalidade da receita bruta, referente à majoração da alíquota de CSLL de 5%.

b. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/2023	Dezembro/2022
Impostos diferidos		
Reversão/realização de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas	(87)	(3.662)
Reversão/realização de base negativa de CSLL	(797)	(1.534)
Reversão/realização de prejuízo fiscal	(1.733)	(2.630)
Total de impostos diferidos	(2.617)	(7.826)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(6.330)	(9.530)
Total de imposto de renda e contribuição social do exercício	(8.947)	(17.356)

c. Ativo Fiscal Diferido: Em 31 de dezembro de 2023, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados do Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização, o histórico de rentabilidade do Banco e a expectativa de geração de lucros tributáveis em períodos subsequentes. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões dos planos de remuneração de longo prazo e provisões indedutíveis. Os créditos tributários, calculados sobre as adições temporárias liquidas, foram constituídos considerando a alíquota total de 45% (25% IRPJ e 20% CSLL), nos termos da legislação vigente.

	Dezembro/ 2022	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro/ 2023
Prejuízo fiscal	3.796	-	(1.733)	2.063
Base negativa de CSLL(*)	3.608	-	(881)	2.727
Diferenças temporárias (**)	5.854	5.406	(4.712)	6.548
Total de créditos tributários	13.258	5.406	(7.326)	11.338

	Dezembro/ 2021	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro/ 2022
Prejuízo fiscal	6.426	-	(2.630)	3.796
Base negativa de CSLL	5.142	-	(1.534)	3.608
Diferenças temporárias (**)	9.498	6.020	(9.664)	5.854
Total de créditos tributários	21.066	6.020	(13.828)	13.258

(*) Inclui realização sobre estoque de base negativa de contribuição social no montante de R$ 84, a qual foi utilizada para quitação parcial de provisão de IRPJ de períodos anteriores, mediante adesão em processo de anistia de 2023, tendo como contrapartida uma conta no passivo.

(**) Inclui movimentação sobre diferenças temporárias no montante de R$ 781 em 2023 (2022-R$ 18), que transitaram via "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

d. Expectativa de realização do ativo fiscal diferido

Dezembro/2023	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente (*)
1º ano	1.912	2.751	4.663	4.173
2º ano	591	554	1.145	917
3º ano	289	283	572	409
4º ano	284	338	622	399
5º ano	-	440	440	252
6º ano	-	524	524	269
10º ano	1.873	1.499	3.372	1.110
Total	4.949	6.389	11.338	7.529

Dezembro/2022	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente (*)
1º ano	6.250	5.861	12.111	10.646
2º ano	404	735	1.139	880
3º ano	4	4	8	6
Total	6.658	6.600	13.258	11.532

(*) A taxa de desconto utilizada é a Selic.

16. Outras informações: a. Outras despesas administrativas incluem, substancialmente, despesas com serviços técnicos especializados no valor de R$ 418 (2022 - R$ 2.090), despesas de serviços do sistema financeiro de R$ 1.068 (2022 - R$ 1.364), despesa de comunicações de R$ 820 (2022 – R$ 373), despesas de aluguéis de R$ 371 (2022 - R$ 1.236), despesas de associações de classe de R$ 1.326 (2022 - R$ 1.392), despesas de condomínio de R$ 30 (2022 – R$ 193), despesas com processamento de dados de R$ 1.751 (2022 – R$ 1.512) e despesas de depreciação de R$ 2 (2022 – R$ 189). **b.** Outras receitas operacionais referem-se, substancialmente, à receita de atualização de imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 617 (2022 – R$ 40) e receita com atualização de depósitos judiciais de R$ 668 (2022 – R$ 346). **c.** Outras despesas operacionais referem-se, substancialmente, à atualização de provisão para contingências, riscos trabalhistas e honorários advocatícios no valor de R$ 976 (2022 – R$ 4.237). **d.** As despesas de pessoal são compostas, substancialmente, por salários, encargos, 13º salário, despesas com pagamentos de gratificações e seus correspondentes encargos, além de despesas com provisões de planos de ações e remuneração diferida.

A DIRETORIA

Ruy Ayres de Almeida Freitas - Contador - CRC 1SP 178320/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador
CRC 1SP241313/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 15/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/15/BCOCREDT1574872015032024.pdf

Hash:1710446762a682996f4e2c47ce8fdb9277fb2e3246